

Mercado de carbono

Negócios verdes

O MERCADO internacional de carbono oferece boas oportunidades às cooperativas agrícolas. É possível conseguir uma receita extra com a venda de créditos de carbono gerados a partir de projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, como o gás carbônico e o metano.

Durante seminário em Brasília, realizado em setembro pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), especialistas destacaram as oportunidades de negócios neste mercado. A OCB tem como meta a aprovação de 15 projetos até o final de 2008 nas áreas de energia renovável, reflorestamento e tratamento de resíduos.

Várias cooperativas do Sul do País investem em biodigestores para transformar os dejetos de suínos, um sério problema ambiental na região, em energia. De quebra, os biodigestores podem gerar uma renda adicional aos produtores rurais com a negociação de créditos de carbono. Cada metro cúbico de dejetos suíno gera um quilowatt de energia.

Este é objetivo do projeto piloto desenvolvido em Marechal Cândido Rondon, no oeste de Santa Catarina, pela Frimesa (empresa da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste) e pela Cooperativa Agroindustrial Coopagril, que pretendem produzir energia a partir dos dejetos de 12 mil suínos.

Na Bacia do Uruguai, a Eletrosul em parceria com os pesquisadores da Universidade Comunitária Regional de Chapecó realiza um estudo para a instalação de 40 biodigestores. O estudo visa a avaliar a situação sócio-econômica e ambiental dos



Leilão na BM&F negocia crédito de carbono

A BM&F realizou em setembro o primeiro leilão de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instituído pelo Protocolo de Quioto. Foram negociados créditos correspondentes a 808.450 toneladas de dióxido de carbono, de titularidade da prefeitura de São Paulo, geradas pelo Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia.

Quem arrematou o lote foi o banco europeu Fortis Bank NV/AS, que pagou €16,20 por tonelada de carbono. O valor total foi de €13,09 milhões (cerca de R\$ 34 milhões). Segundo a prefeitura, os recursos arrecadados serão utilizados em projetos de melhoria de vida e recuperação de áreas públicas no entorno do aterro.

Como funciona o biodigestor

O biodigestor é um tanque protegido do contato com o ar atmosférico, onde a matéria orgânica é metabolizada por bactérias anaeróbias (que se desenvolvem em ambiente sem oxigênio). Nesse processo, obtêm-se como subprodutos o biogás, o biofertilizante e um efluente mineralizado.

O biogás (metano) tem uma infinidade de aplicações, pode abastecer desde fogões domésticos até gerar energia elétrica. Com isso, ele reduz as necessidades de lenha no meio rural, evitando o desmatamento. Uma das grandes virtudes do biodigestor é converter o metano em gás carbônico. O metano causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global.

Os biodigestores permitem a adubação orgânica dos solos, melhorando o rendimento das lavouras. O produtor economiza gás e/ou energia elétrica, além de evitar que os dejetos venham a poluir os rios.

Dez passos para aprovar um projeto no mercado de carbono

1. Pelo Protocolo de Quioto, os países desenvolvidos se comprometeram a reduzir em média 5,2% das emissões de gases de efeito estufa até 2012. O ano de referência foi 1990. Para isso, eles podem comprar reduções certificadas de emissão (RCEs), também conhecidas como créditos de carbono, dos países em desenvolvimento.
2. Os países em desenvolvimento devem utilizar os chamados MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiarem do ingresso de divisas por conta das vendas de RCE para os países desenvolvidos. O MDL é um dos mecanismos de flexibilização previstos pelo Protocolo de Quioto para as empresas ou países atingirem suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, em unidade de RCE, originadas em projetos nos países em desenvolvimento.
3. Para um projeto gerar RCEs precisa atender a várias exigências. Em primeiro lugar, provar “adicionalidade”, ou seja, que a redução nas emissões não aconteceria em sua ausência. Para isso, é preciso calcular a “linha de base”: o cenário provável de emissão caso o projeto não existisse e usar a metodologia de monitoramento aprovada pelo Conselho Executivo do MDL da ONU.
4. O proponente do projeto deve elaborar o Documento de Concepção, por meio da contratação de uma Entidade Operacional Designada (EOD), empresa especializada independente e reconhecida pelo Conselho Executivo da ONU. A EOD vai revisar o documento e analisar outras informações relevantes, como comentários das partes interessadas e possíveis impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do projeto.
5. A aprovação do projeto no país hospedeiro corresponde à aceitação da atividade do projeto de MDL pelo governo local. A competência dessa decisão cabe à Autoridade Nacional Designada (AND), que no Brasil está a cargo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
6. A Comissão Interministerial de Mudança Climática verifica se o projeto: a) prevê a redução das emissões de gases efeito estufa e/ou a remoção de CO₂ da atmosfera; b) promove o desenvolvimento sustentável.
7. Após a aprovação, o projeto segue para registro, que representa a aceitação formal pelo Conselho Executivo da ONU.
8. Uma vez registrado, o projeto passa para a fase de monitoramento, que segue a metodologia previamente definida.
9. Se o monitoramento constatar as reduções das emissões de gases efeito estufa, a Entidade Operacional Designada (EOD) concede uma certificação à empresa proponente.
10. Com a certificação, a empresa solicita ao Comitê Executivo da ONU a emissão das RCEs relativas à quantidade reduzida e/ou removida.

Fonte: BM&F

çado na natureza, com sérios prejuízos ao ambiente.

Pelos cálculos da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina, o volume de dejetos de suínos produzidos no estado poderia gerar até 1.300 megawatts/hora, energia suficiente para 130 mil residências.

Empresas

Perdigão e Sadia, as duas maiores empresas do Brasil no setor de aves e suínos, também estão preocupadas em reduzir os impactos ambientais causados pelos dejetos. Em Rio Verde (GO), o Instituto Perdigão de Sustentabilidade já instalou 80 biodigestores. O objetivo a médio prazo é participar do mercado internacional de carbono.

Iniciado no Centro-Oeste, o programa da Perdigão está sendo estendido aos produtores do Sul, com a implantação de biodigestores em 91 propriedades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A Sadia conseguiu no ano passado a aprovação do Conselho da ONU para Mudanças Climáticas para um projeto que prevê a captação de gases de efeito estufa, com o uso de biodigestores, em três granjas da empresa.

Esse foi o primeiro passo para a implantação do programa Suinocultura Sustentável Sadia, que pretende mobilizar 3.500 suinocultores integrados na redução das emissões de gases do efeito estufa. A empresa espera negociar de 6 a 10 milhões de toneladas de carbono no mercado externo.

Os dejetos dos suínos são fermentados por bactérias nos biodigestores, evitando a emissão de metano. O sequestro de gases causadores do efeito estufa será revertido em créditos de carbono, que serão negociados no mercado externo.

Em 2006, o Instituto Sadia de Sustentabilidade fechou a sua primeira venda de créditos de carbono. O comprador foi um fundo europeu, o European Carbon Fund (ECF), que adquiriu 2,750 milhões de toneladas de carbono por cerca de R\$ 80 milhões. ■

municípios para a instalação de biodigestores, que produzirão energia elétrica a partir de dejetos suínos.

A preocupação com a poluição é crescente nas regiões produtoras do Sul do Brasil, onde o rebanho suíno soma 16,5

milhões de cabeças, quase 48% do total nacional. Só em Santa Catarina, há 5,5 milhões de suínos, que produzem 47 mil metros cúbicos de dejetos por dia. Rico em coliformes fecais, metais pesados e metano, metade desse excremento é lan-